



Controladoria-Geral da União

Ministro da CGU recebe clientes de escritório comandado por namorada

— Empresas são atendidas pelo VMCA Advogados, do qual Vinícius de Carvalho é sócio; Controladoria-Geral afirma que visitas são ‘institucionais’ e não há conflito de interesses

TÁCIO LORRAN
BRASÍLIA

O ministro da Controladoria-Geral da União (CGU), Vinícius Marques de Carvalho, recebeu nos últimos meses representantes de seis empresas que são atendidas pelo seu escritório de advocacia, conforme registros feitos na agenda pública da pasta. Carvalho está afastado da banca jurídica desde que assumiu o cargo no governo Lula, em janeiro de 2023, mas segue no quadro societário. Os negócios do VMCA Advogados estão sob responsabilidade da namorada e sócia do ministro, a advogada Marcela Mattiuzzo.

Carvalho alegou, em nota, que as visitas foram “institucionais” e que não existe qualquer conflito de interesse nesse tipo de encontro. Não há, segundo o chefe da CGU, discussões sobre processos decisórios na administração pública nessas reuniões.

De acordo com os registros oficiais, Carvalho recebeu, entre outubro de 2023 e março de 2024, representantes do Facebook, da Gol Linhas Aéreas, do Mercado Livre, da Rumo Logística, da Vale e da Novonor (antiga Odebrecht) em seu gabinete em Brasília. Em abril, o *Estadão* revelou que o ministro tinha se reunido com representante da antiga Odebrecht para discutir uma renegociação do acordo de leniência feito pela empreiteira na Operação Lava Jato. O escritório de Carvalho atende a empresa em processos no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). A banca não representa a companhia na CGU.

Uma investigação foi aberta pela Comissão de Ética Pública da Presidência sobre o encontro de Carvalho e representantes da antiga Odebrecht, mas ela foi arquivada na últi-

ma segunda-feira. Ao assumir o comando da CGU e se licenciar dos negócios de seu escritório de advocacia, Carvalho se comprometeu a não participar de situações que pudessem configurar conflito entre interesses da administração pública e dos antigos clientes.

VISITAS. Procurado, o ministro afirmou que o tipo de encontro realizado não configura conflito de interesses. “Dentre mais de 500 compromissos, a agenda do ministro registra 135 visitas institucionais de janeiro de 2023 até o momento, incluindo interações com empresas, organizações da sociedade civil, representantes de órgãos públicos federais, estaduais e municipais, membros de outros Poderes, entre outros. Não há qualquer conflito de interesse em visitas institucionais ou em outros compromissos do ministro”, disse a assessora da CGU em nota (*mais informações nesta página*).

“A interação de organizações públicas e privadas é componente legítimo em uma democracia e parte da função de ministro”

Controladoria-Geral da União
Em nota

O VMCA Advogados (a sigla faz referência às iniciais do nome do ministro) tem contratos com o Facebook há cerca de seis anos e é responsável pela defesa da big tech no âmbito de um processo no Cade que investiga abuso da empresa durante as discussões do Projeto de Lei 2630/2020, o chamado PL das Fake News.

O mesmo PL das Fake News foi o assunto da reunião entre representantes da empresa de Mark Zuckerberg e Carvalho,



Ministro Vinícius de Carvalho: compromissos são ‘institucionais’

em agosto de 2023, pouco mais de três meses após a abertura do inquérito no Cade. A big tech foi representada por Murilo Laranjeira, diretor sênior de Políticas Públicas da Meta, que controla o Facebook. O encontro tinha como objetivo, segundo a agenda pública do próprio ministro, “influenciar a formulação, a implementação ou a avaliação de estratégia de governo ou políticas públicas”.

A CGU foi cogitada para participar da regulação das big techs numa eventual aprovação do PL das Fake News. Documentos obtidos pelo *Estadão* mostram que o órgão chegou a apresentar à Casa Civil um desenho sobre como se daria essa fiscalização. A CGU ficaria responsável também pela negociação de soluções e a análise de conformidade das empresas. Estava prevista até a criação da Secretaria de Integridade Digital, para atuar no monitoramento do cumprimento das novas regras para as plataformas.

Em nota, a CGU disse que foi instada pelo Ministério da Justiça e pela Secretaria de Comunicação a contribuir nas discussões sobre integridade da informação, objeto do PL 2630, em razão da sua competência

legal e experiência. O Facebook informou que “está sempre em diálogo com diferentes autoridades em todos os países em que a Meta está presente, e no Brasil não é diferente”.

Sob forte pressão das big techs, o PL das Fake News não foi votado pelos congressistas, mas o governo mantém interesse na pauta. Em abril, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), montou um grupo de trabalho para apresentar uma nova versão do texto. O Cade informou que o processo contra a Meta segue aberto.

O diretor de Relações Governamentais do Mercado Livre, François Martins, foi recebido duas vezes no gabinete de Carvalho. O primeiro encontro foi em abril de 2023 e descrito como “apresentação institucional”. Três meses depois, Martins voltou à CGU para discutir a viabilidade de um possível acordo de cooperação técnica com Ministério da Saúde na área de logística. A parceria, contudo, não se concretizou.

O Mercado Livre negou conflito de interesses nos encontros e informou que o escritório tem contrato com a empresa desde 2020. “Ao assumir como ministro da CGU, Vinícius

Carvalho enviou ao Mercado Livre um comunicado informando que iria se afastar de suas funções no escritório. Com isso, a empresa manteve os contratos com o VMCA.”

APRESENTAÇÃO. Os representantes de Vale, Gol e Rumo Logística também fizeram uma “apresentação institucional” no gabinete de Carvalho. A gigante da mineração recentemente foi alvo de um processo no órgão por dificultar a fiscalização da barragem que se rompeu em Brumadinho, Minas Gerais, em janeiro de 2019, e que matou 272 pessoas.

A companhia foi multada em agosto de 2022, durante a gestão de Wagner Rosário na CGU, em R\$ 86,3 milhões. A Vale recorreu, mas a CGU, já sob Carvalho, manteve a decisão. O encontro entre a Vale e o atual ministro ocorreu nesse meio-tempo, em abril de 2023. Segundo o órgão, Carvalho aproveitou a oportunidade para informar à empresa sobre seu impedimento.

A Rumo foi representada por Guilherme Penin, ex-assessor da presidente do PT, Gleisi Hoffmann, e vice-presidente da empresa. O encontro ocorreu em julho de 2023. A companhia tem concessões com o governo federal para serviços de transporte ferroviário de cargas, mas não possui nenhum processo na CGU. A empresa disse que a reunião tinha como objetivo o conhecimento de políticas de controle.

A Gol foi recebida em março de 2023. Em nota, a CGU afirmou que não houve qualquer discussão sobre processo da companhia no órgão ou em qualquer órgão do Executivo federal. “O acordo de leniência da Gol com a CGU foi celebrado em 15 de setembro de 2022 e pago integralmente em 22 de setembro de 2022.” ●

Reuniões não discutem processos decisórios, diz órgão

Em nota, a Controladoria-Geral da União disse que o ministro Vinícius Carvalho se encontra afastado do escritório de advocacia e negou qualquer conflito de interesse nos encontros. Segundo a CGU, ele “pre-

za pela transparência de suas ações e publica suas agendas de acordo com a legislação”. “A interação de organizações públicas e privadas é componente legítimo em uma democracia e parte da função institu-

cional de ministro de Estado”, diz a nota, que destaca o protocolo para o registro das visitas.

“Em reuniões cadastradas como visita institucional ou de cortesia e apresentação institucional, os atores apresentam

as suas respectivas organizações à CGU e o ministro expõe as políticas de competência do órgão.” A CGU conduz “políticas públicas de promoção da integridade privada, que visam a incentivar as empresas a adotarem programas de compliance robustos”.

O órgão afirmou também

que, nas visitas, não há discussões sobre processos decisórios na administração pública. “O escritório do qual está licenciado nunca atuou e continuará sem atuar perante a CGU, e Carvalho não participa de quaisquer procedimentos internos que possam implicar conflitos de interesse.” ● TL